

Substitutivo da Câmara dos Deputados  
ao Projeto de Lei nº 3.998-C de 2012  
do Senado Federal (PLS Nº 352/2011  
na Casa de origem, que altera a Lei  
nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que  
"dispõe sobre os planos e seguros  
privados de assistência à saúde",  
para incluir os tratamentos  
antineoplásicos de uso oral entre as  
coberturas obrigatórias.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho  
de 1998, que dispõe sobre os planos  
e seguros privados de assistência à  
saúde, para incluir tratamentos  
entre as coberturas obrigatórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui entre as coberturas  
obrigatórias dos planos privados de assistência à saúde, em  
todo o território nacional, tratamentos antineoplásicos de  
uso oral, procedimentos radioterápicos para tratamento de  
câncer e hemoterapia.

Art. 2º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998,  
passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. ....

.....

VI - fornecimento de medicamentos para  
tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas  
alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12;

..... "(NR)

"Art. 12. ....

I - .....

.....

c) cobertura de tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes;

II - .....

.....

g) cobertura para tratamentos antineoplásicos ambulatoriais e domiciliares de uso oral, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em âmbito de internação hospitalar;

.....

§ 4º As coberturas a que se referem as alíneas c do inciso I e g do inciso II deste artigo serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área, publicados pela ANS.

§ 5º O fornecimento previsto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12 dar-se-á, por meio de rede própria, credenciada, contratada ou referenciada, diretamente ao paciente ou ao seu representante legal, podendo ser realizado de maneira fracionada por ciclo, observadas as normas

estabelecidas pelos órgãos reguladores e de acordo com prescrição médica.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,                      de outubro de 2013.

HENRIQUE EDUARDO ALVES  
Presidente